

4ª CÂMARA CÍVEL

ED na Apelação Cível nº 310250-9

31ª Vara Cível (Recife)

Embargante: Supermercado da Família Ltda.

Embargado: Eudes Arruda Barros de Araújo

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

ACÓRDÃO

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACUSAÇÃO INFUNDADA DE FURTO EM SUPERMERCADO. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES JÁ RESOLVIDAS NA DECISÃO EMBARGADA. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. REEXAME DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. CONHECIMENTO PARA FINS PREQUESTIONADORES. DECISÃO UNÂNIME.

1. Os embargos de declaração constituem recurso de estritos limites processuais cujo cabimento requer estejam presentes os pressupostos legais insertos no art. 535 do Código de Processo Civil, assim, somente são cabíveis nos casos de eventual obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não estando a decisão embargada eivada de omissão, contradição ou obscuridade, ou ainda erro material, inexistente ofensa ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. A rediscussão, através de Embargos de Declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do *decisum*, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte de Justiça é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar.
3. Embargos improcedentes e conhecidos para fins de prequestionamento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração na Apelação Cível nº 310250-9**, da Comarca de Recife, em que figuram como Embargante **Supermercado da Família Ltda.**, e como Embargado **Eudes Arruda Barros de Araújo**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer dos presentes Embargos de Declaração opostos por **Supermercado da Família Ltda.**, exclusivamente para fins de prequestionamento, mas, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de  de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)

Ed A



4ª CÂMARA CÍVEL	
ED na Apelação Cível nº 310250-9	31ª Vara Cível (Recife)
Embargante:	Supermercado da Família Ltda.
Embargado:	Eudes Arruda Barros de Araújo
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho
Relator (substituto):	Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes
RELATÓRIO	

Supermercado da Família Ltda. interpõe os presentes embargos de declaração em face da decisão proferida no Recurso de Apelação Cível em apenso, cujo acórdão foi assim ementado:

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACUSAÇÃO INFUNDADA DE FURTO EM SUPERMERCADO. CONSTRANGIMENTO. OCORRÊNCIA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO PARCIALMENTE PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

1. A acusação infundada de furto, quando praticada de forma ostensiva e desarrazoada, configura lesão à honra subjetiva, demandando indenização por danos morais.

2. Minoração do valor da indenização para R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em atenção às peculiaridades do caso concreto e aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

3. Recurso de Apelação Cível parcialmente procedente. Decisão Unânime.

O Supermercado da Família Ltda. apresentou os presentes Embargos de Declaração com o intuito de ter prequestionada a matéria anteriormente posta em sede recursal.

A embargante, ainda, aponta a existência de omissão, defendendo que não existem elementos nos autos que demonstrem a ocorrência de eventual constrangimento e que a abordagem realizada não foi deselegante ou abusiva por parte do funcionário da empresa. Nesse sentido, defende que não há comprovação dos danos morais.

Ao final de sua exposição, postulou o acolhimento dos presentes Embargos, a fim de sanar a omissão apontada. Caso contrário, requer que o recurso seja aceito com vias ao prequestionamento da matéria em caso de interposição de Recurso Especial e Extraordinário, para os Colendos Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

É o relatório.

Recife, 22 de *junho* de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator (substituto)

165
[assinatura]

4ª CÂMARA CÍVEL

ED na Apelação Cível nº 310250-9

31ª Vara Cível (Recife)

Embargante: Supermercado da Família Ltda.

Embargado: Eudes Arruda Barros de Araújo

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relator (substituto): Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

VOTO

Previamente, importante ressaltar que os embargos de declaração possuem natureza de integração com a decisão que está sendo embargada e não possui o caráter inconformista comum dos recursos em geral, que se prestam a devolver ao órgão colegiado o reexame da matéria questionada.

Com efeito, a lei processual exige que o julgado objeto de embargos de declaração demonstre a existência, separada ou conjuntamente, de omissão, contradição, obscuridade e erro material.

No caso em apreço, a embargante aponta a existência de omissão na decisão embargada, nos termos do art. 535, II do CPC, com finalidade evidente de prequestionamento. Requer a manifestação expressa acerca da violação dos dispositivos indicados (Código de Defesa do Consumidor e o art. 5º da Constituição Federal), devendo, portanto, todos os artigos pertinentes a tal matéria serem prequestionados.

Não há empecilhos quanto ao prequestionamento aventado, até porque se exige que a matéria ulteriormente a ser remetida a conhecimento do STJ, vontade expressamente defendida pela embargante, seja debatida na corte originária, e o veículo mais comumente utilizado para isso são os embargos de declaração. Se não fosse assim, o recurso especial que a embargante pretende manejar sequer seria conhecido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEGISLAÇÃO FEDERAL ALEGADA COMO VIOLADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. NECESSIDADE. EXAME DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. [...] 2. A leitura atenta do acórdão combatido, integrado pelo pronunciamento da origem em embargos de declaração, revela que os artigos insertos na Lei Federal n. 9.394/96, bem como as teses a eles vinculadas não foram objeto de debate pela instância ordinária, o que atrai a aplicação da Súmula n. 211 desta Corte Superior, inviabilizando o conhecimento do especial no ponto por ausência de prequestionamento. 3. O prequestionamento constitui pressuposto indispensável, inclusive no que concerne ao recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea b, da CF/88, razão pela qual a ausência de prévio pronunciamento da Corte de origem, acerca da legislação federal alegada como violada implica o não conhecimento do recurso. [...] (EDcl no AREsp 411.294/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 10/02/2014) – [destaquei]

Em suas razões recursais, sustenta que não houve atitude excessiva e desarrazoada por parte do funcionário da empresa e que diante da ausência de conduta abusiva não há os decorrentes danos morais.

Não querendo adentrar nas questões meritórias, mesmo porque não afeitas a este julgamento, a controvérsia, novamente ressaltada pela embargante, a meu ver, foi suficientemente debatida no decorrer de todo andamento processual.

Ademais, o voto que embasou a decisão recorrida não padece de qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material, posto que analisou detalhadamente a

C

TIPE
166
12

questão atinente à conduta abusiva realizada pelo funcionário da embargante, à configuração dos danos morais e ao montante estabelecido referente à indenização por danos morais. Dessa forma, os presentes Embargos de Declaração revelam-se como mais uma repetição das mesmas e infecundas alegações do embargante.

Em verdade, o que se percebe claramente, consoante se depreende da leitura das razões da embargante, é que esta pretende, por via oblíqua, reexaminar a matéria, já decidida quando do julgamento do recurso de apelação cível; bem como alterar a conclusão do julgado, o que, como já foi dito, não é admitido na espécie, em face dos estreitos limites do art. 535 do Código de Processo Civil.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PEDIDO NÃO APRECIADO PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. 1. Tendo em vista o escopo de reforma do julgado, adota-se o princípio da fungibilidade recursal para processar a manifestação da parte como Agravo Regimental. 2. Esta Turma desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado. 3. Os argumentos da embargante denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os aclaratórios a esse fim. 4. Além disso, a recorrente deixou de especificar quais seriam os pontos omissos no acórdão vergastado, incidindo na espécie a Súmula 284/STF. 5. O Superior Tribunal de Justiça entende ser inviável o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal a quo, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ. 6. Agravo Regimental não provido. (EDcl no AREsp 421.217/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 22/04/2014) – [destaquei]

Por tais razões, ao tempo em que conheço do recurso, para fins de prequestionamento, voto no sentido de negar provimento, por não vislumbrar na espécie qualquer dos vícios do art. 535, do Código de Processo Civil.

Assim sendo, sem mais o que ser discutido, e diante da ausência de contradição, omissão, obscuridade ou erro material, entendo que a decisão embargada deve ser mantida sem qualquer alteração, razão pela qual voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso.

É como voto.

Recife, 22 de  de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Des. Relator (substituto)